

Tradição e Ruptura no Museu Histórico Nacional

Mário de Souza Chagas
Solange de Sampaio Godoy

“A palavra Museu vem do termo grego Museion, templo das Musas. Os latinos denominavam Museum ao gabinete ou sala de trabalho dos homens de letras e ciências.”

Gustavo Barroso (1945:5)

“Cada geração se viu forçada a interpretar esse termo impreciso - Museu - de acordo com as exigências sociais de época.”

Francis Taylor (apud Mendonça [1946:12])

INTRODUÇÃO

Da união de Zeus e Mnemósine nascem as musas celebradas desde a antigüidade clássica até a atualidade por artistas e cientistas de diversos saberes e ofícios. O templo de culto às musas conhecido entre os gregos como *museion* deu origem, como sabemos, ao termo museu, de uso corrente no mundo ocidental.

Não há originalidade alguma na identificação da procedência grega do termo museu. Os manuais de museologia frequentemente apresentam essa referência. Avançando um pouco podemos, no entanto, reconhecer ao lado de Pierre Nora que os museus vinculados às musas por via materna são “lugares de memória” (Mnemósine é a mãe das musas); mas, por outro lado, pela via paterna estão vinculados a Zeus, são estruturas e lugares de poder.

Assim, os museus são a um tempo: lugares de memória e de poder. Estes dois conceitos estão permanentemente articulados em todo e qualquer museu, independentemente de sua classificação tipológica. No caso dos museus de história esta relação é ainda mais evidente.

Este texto dividido em três partes pretende estudar o processo de construção do Museu Histórico Nacional (MHN) e as relações entre a memória e o poder aí existentes. Criado em 1922, durante as comemorações do centenário da Independência do Brasil, o MHN surgiu celebrando a memória de determinados atores e acontecimentos e estabelecendo de forma mais ou menos explícita um discurso sobre o poder.

A análise aqui desenvolvida toma como ponto de partida quatro momentos decisivos na trajetória dessa Instituição:

- 1º - CONSTRUÇÃO DO MUSEU E REINVENÇÃO DO PASSADO NACIONAL (1922- 1940)
- 2º - CRISTALIZANDO IDÉIAS: A CASA DO BRASIL (1940 - 1967)
- 3º - ESGOTAMENTO DO MODELO: BUSCANDO MUDAR DE ALMA (1967 - 1984)
- 4º - REVITALIZAÇÃO: REPENSANDO ENFRENTANDO NOVOS DESAFIOS (1985 - 1995)

Com esta periodização estamos estabelecendo apenas critérios que norteiem e facilitem a análise e a interpretação da trajetória do Museu e não marcos definitivos, até porque outros balizamentos seriam possíveis a partir de outros conceitos e outros olhares. Nestes quatro momentos buscaremos compreender o Museu como processo, e haverá espaço para perceber não apenas a continuidade e a tradição mas também a descontinuidade e a ruptura.

1 - MUSEUS EM MOVIMENTO

Peter Van MENSCH em seu artigo "Museus em Movimento: uma estimulante visão dinâmica sobre a interrelação museologia-museus", afirma: "O Museu não é mais o que costumava ser." (1989:49) Mesmo aceitando a afirmação do autor, não podemos deixar de dizer - e nisto estamos certos que ele concordaria - que esta frase retirada do seu contexto original diz muito pouco.

A simples observação dos museus criados na década de 50 em comparação com aqueles que são constituídos na década de 20; ou ainda a comparação entre os museus criados na década de 30 e aqueles surgidos na segunda metade do século XIX, nos leva a perceber que esta assertiva se aplica a diversos momentos da trajetória dos museus no Brasil.

Muito mais importante do que reconhecer que os museus não são mais o que eram antes é perceber que as mudanças e permanências ocorridas nestas instituições não são fenômenos isolados e particulares.

O jogo de permanências e mudanças a que as mesmas estão submetidas não se origina e não se esgota exclusivamente em seu interior. Ao contrário, ele está relacionado e em correspondência com as transformações por que passa a sociedade. Os museus, com segurança, são equipamentos culturais partícipes do jogo de forças sociais. Eles refletem de um modo mais ou menos evidente os interesses e as interpretações de deter-

minados grupos, capazes num dado momento histórico de fazer valer as suas concepções de mundo. Eles (os museus) não estão imunes ao contágio das forças sociais e, por outro lado, não são neutros e assépticos ao ponto de não interferir e não contagiar. De modo claro, os museus são instrumentos de conformação ou de transformação social. O reconhecimento de J. Le Goff (1984:11-47) de que “o conceito de memória é crucial” e pode ser utilizado “para a libertação” ou “para a servidão dos homens”, aplica-se em justa medida aos museus - enquanto *locus* privilegiados de memória, enquanto espaços de relação, enquanto territórios por onde as linhas de força do poder passam e se rearticulam.

Em síntese: todo e qualquer museu, em qualquer tempo e sociedade, não é mais que uma visão possível e datada da realidade.

Como sustenta Gerd A. Bornheim:

“Se há uma lei histórica, ela está justamente em reconhecer que tudo é histórico, ou seja, tudo é datado, irrepetível, original, único: o assassinato de César não pode acontecer duas vezes e a necessidade da lei termina se refugiando no campo formal.

Cabe mesmo acrescentar que certos períodos são como que arrastados por uma espécie de equivocidade fundamental, acarretando movimentações já bem mais intensas nas suas coordenadas gerais.” (1987:15-16)

Assim, interessa pensar o Museu Histórico Nacional em movimento; o museu e suas articulações e contradições; o Museu e a produção intelectual gerada à época em que seu discurso foi construído, sistematizado, revisto, reformulado e reinventado.

2 - OS MUSEUS NACIONAIS

O conceito de nação, ainda que esteja relacionado a local de nascimento, não é natural e também não é de fácil compreensão. Walter Bagehot citado por Eric J. Hobsbawm (1990:11) é preciso ao dizer: “sabemos o que é [nação] quando não somos perguntados, mas não podemos rapidamente defini-la ou explicá-la”.

O fato é que o conceito nação é um problema moderno e tem ocupado há pelo menos dois séculos historiadores, políticos, antropólogos, filósofos, economistas e cientistas sociais sem que se tenha encontrado para ele uma resposta única e definitiva. As lutas de independência travadas no atual século pelas antigas colônias africanas, bem como pelos tchecos, pelos irlandeses e pelos catalães, indicam com clareza: a instabilidade do conceito e das nações constituídas, a não aceitação de determinados mode-

los nacionais e a busca de uma redefinição de território e relações políticas.

Hobsbawn em seu livro *Nações e nacionalismo desde 1780*, ao analisar a trajetória destes conceitos controversos, esclarece que mesmo tendo se destacado no final do século XIX e alcançado o apogeu na primeira metade do século XX, o problema do nacionalismo ainda hoje é proeminente. No entanto, argumenta o autor: “hoje (...), apesar de sua evidente proeminência, o nacionalismo é, historicamente, menos importante (...). Não é implausível apresentar a história do mundo eurocêntrico do século XIX como aquela da construção das nações (...)”. O mesmo não se poderia dizer, no entanto, sobre a história do final do século XX e início do século XXI.

A Europa, “lar tradicional do princípio de nacionalidade” (Hobsbawn [1990:210]), serviu de inspiração e modelo para construção de movimentos nacionalistas e de nações que se desenvolveram à margem do eixo europeu.

A construção das nações desde o século XIX até o início do século XX baseava-se num “princípio de nacionalidade” e num processo de expansão e unificação nacional. Essa construção político-social, geográfica e econômica articulava-se à construção ritual e simbólica da nação para a qual intelectuais, artistas e produtores culturais foram cooptados. Essa construção simbólica passava, por exemplo, através da criação de bandeiras, hinos, selos e outros signos.

Através da arquitetura, da pintura, da escultura, da música, da medalhística e da literatura, a nação vai sendo construída simbolicamente. Construída e celebrada através de monumentos nacionais, carregados de intencionalidade. Esses monumentos/documentos elevados à categoria de patrimônio nacional encontram-se nas praças, nas ruas, nos largos, nas escolas e nas instituições públicas.

Os esforços desempenhados por determinados setores da sociedade para o soerguimento de marcos referenciais do nacional passam freqüentemente pela construção de museus. Esses museus reúnem e preservam signos do nacional mas são em si mesmos signos, estabelecendo uma espécie de metalinguagem.

Os museus nacionais têm origem na segunda metade do século XVIII com a criação do British Museum (1753) e do Museu do Louvre (1793). No século XIX os museus se multiplicam com nomes e modelos bastante diversificados. Entre outros podemos citar os seguintes: Museu Nacional (Brasil - 1818), Museu Nacional da Colômbia (1823), Galeria Nacional de Londres (1824), Museu Nacional do México (1825). Em alguns o

termo nacional é substituído pelo nome do país (Deutsches Museum); em outros o nacional se revela pelo tipo de acervo, pela representatividade e objetivos institucionais (Smithsonian Institution).

O Smithsonian Institution, criado em 1829, a partir do legado de James Smithson reúne “um complexo cultural multifacetado devotado à pesquisa e à educação, independente, mas estreitamente ligado às aspirações da nação”. (1977:15)

O Museu Nacional de Antropologia do México é um caso exemplar. Segundo Arturo Romano a sua formação “foi resultado de um processo secular de evolução social, econômica e cultural do povo mexicano (...). A idéia do Museu nasceu da necessidade de exibir de forma clara e objetiva os fundamentos da civilização mexicana”. (1970:9)

É interessante observar nesses dois exemplos que tanto no caso da instituição privada (Smithsonian), quanto no caso do órgão público (Museu Nacional de Antropologia do México) o que está posto é a ideologia do nacional.

Duas orientações básicas podem ser percebidas, como indica K. Pomian (1990), no conjunto dos museus nacionais:

1º - Os museus que valorizam a civilização e buscam sublinhar a participação da nação no concerto universal e para isso privilegiam as obras de arte de valor consagrado e ao seu lado colocam os elementos da natureza e os artefatos de povos primitivos.

2º - Os museus que indicam a especificidade e a excepcionalidade da nação e a sua trajetória no tempo, sublinhando os traços da história nacional.

O Museu Histórico Nacional está claramente sintonizado, como veremos mais adiante, com a segunda orientação.

3 - O MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Segundo E. Hobsbawn: “Se houve um momento em que o princípio da nacionalidade do século XIX triunfou, esse foi o final da Primeira Guerra Mundial, mesmo que isso não fosse previsível nem intencional por parte dos futuros vencedores.” (1990:159)

Foi exatamente nesse momento, quando se comemoravam os cem anos da Independência do Brasil, que o MHN foi criado, no âmbito de uma Exposição Internacional e no último ano de governo do Presidente Epitácio Pessoa.

Como anteriormente foi esclarecido, o presente estudo identifica na trajetória do Museu quatro períodos bem definidos. Vamos agora, para além da identificação, buscar estudá-los de uma forma mais detida.

3.1- Construção do Museu e reinvenção do passado nacional (1922-1940)

A idéia da criação do Museu Histórico Nacional é gestada na década de 10. Já em 1911, sublinhando a necessidade de um museu militar, Barroso afirmava:

“O Brasil precisa de um museu onde se guardem objetos gloriosos, mudos companheiros dos nossos guerreiros e dos nossos heróis(...).”
(apud Dumans [1943:4])

Esse Museu Histórico deveria celebrar o “culto da saudade”, documentar feitos e “fatos gloriosos” e realizar uma “ação salvadora”, capaz de “ensinar o povo a amar o passado” através dos objetos que deveriam ser reunidos em um lugar apropriado para a celebração da memória e contemplação nostálgica do poder das elites aristocráticas.

“Os que se preocupam com essas coisas sabem que no Arquivo Nacional há a cadeira ou o trono em que o Imperador se sentava no Senado, um capacete da Imperial Guarda de Honra de D. Pedro I e outras relíquias; que na igreja da Cruz dos Militares se acham feixes de bandeiras tomadas aos paraguaios; que no Museu Naval estão os canhões do Forte Príncipe da Beira; que nas estrebarias do Ministério de Guerra existe o velho carrinho em que Osório fazia suas campanhas.”

(Barroso, apud Dumans [1947:10])

A determinação de Barroso aliada a uma conjuntura política que lhe é favorável permite que seu plano museológico seja cumprido. O decreto nº 15596, de 02 de agosto de 1922 cria o Museu Histórico que no dia 11 de outubro daquele mesmo ano estaria sendo inaugurado. No entanto, mesmo antes da sua inauguração, em entrevista concedida ao periódico “A Pátria”, de 24 de agosto de 1922, Barroso afirmava:

“Para felicidade nossa, acabou-se no Brasil a era do descaso pelo passado. Coube ao Exmº Sr. Presidente Epitácio Pessoa a glória de ter instituído no seu país natal, cujas tradições o estreito sectarismo positivista se tem esforçado por matar, o culto da saudade. Ele o iniciou, revogando o banimento da Família Imperial e fazendo com que viessem repousar na Pátria querida as cinzas daquele que, durante meio século de bondade dirigiu seus destinos. Ele o cimenta instituindo o Museu Histórico, que custodiará as lembranças mais importantes de nossa vida militar, naval, política e social, durante os mais notáveis períodos. E ele terminará a

obra fazendo renascer a estrela de cinco pontas dessa ordem genuinamente nacional, do Cruzeiro, que brilhou sobre o fardão dos nossos melhores estadistas e sobre o largo peito dos nossos heróis.”

Esses textos deixam claro que Barroso está empenhado na construção de um passado histórico. Ele não se preocupa com descontinuidades. Ele quer evidenciar o papel do Estado enquanto sujeito ordenador da sociedade. Ele deseja grifar a continuidade, a tradição, a memória nacional, ainda que esta memória ao se pretender nacional deixe de fora, por uma operação de subtração, expressivos segmentos sociais.

Nos anos 20 e 30 - anos de formação da coleção - a exposição de longa duração do MHN, apresentava o acervo, recolhido através de buscas e de estímulos à doação, organizado em coleções ou galerias dedicadas a vultos históricos.

O discurso articulado por Barroso, ainda que não valorizasse os textos e as legendas, nem seguisse um critério cronológico, era claramente nacionalista. Tratava-se de recolher por toda a parte e apresentar para o público um acervo que se referia aos heróis, aos valores permanentes e tradicionais, pertencente às elites e testemunho da civilização (brasileira).

A política de aquisição trazia para dentro do Museu insígnias (militares, religiosas e nobiliárquicas) que reunidas davam conta do objetivo a ser alcançado: o culto da saudade, a glória do passado, a nobreza do povo brasileiro, a celebração das forças emergentes da nação.

A exposição devolvia ao público bens culturais que se encontravam dispersos e pouco valorizados: em órgãos públicos, ou mesmo retidos nas mãos de colecionadores particulares.

Barroso trabalhou, como diria Hobsbawn, como um inventor de tradições:

“Por tradição inventada, entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas. Tais práticas de natureza ritual ou simbólica visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.” (Hobsbawn [1984:9])

Se por um lado a proposta museológica do MHN avança na linha da invenção das tradições, por outro é preciso reconhecer a sua inserção nos quadros da modernidade.

O MHN surge como um museu nacional moderno, pioneiro no campo da prática museográfica. A tradição precisava ser recuperada, resgatada, para que fosse então colocada ao serviço da moderna nação brasi-

leira, que rumava assim em direção ao progresso e à civilização tendo por bússola o modelo europeu.

É interessante observar, no entanto, que as respostas de Barroso para as questões do seu tempo são inteiramente distintas daquela apresentada pelo grupo modernista de São Paulo, encabeçado por Mário de Andrade e Oswald de Andrade. Se Barroso enfatiza a tradição e o culto da saudade dos heróis e por essa via alça-se à modernidade, os Andrade enfatizam a ruptura, a descontinuidade mas ainda assim, no segundo tempo do modernismo, no período posterior a 1924, vão buscar descobrir o Brasil e com isso serão também descobridores (ou inventores) de tradição de orientação política e ideológica inteiramente diversa. Mário de Andrade, sobretudo, estará procurando identificar o nacional no folclore, no etnográfico, no arqueológico, no geográfico, na arte colonial, na arte popular e erudita, em bens tangíveis e não-tangíveis. Para Mário, o nacional é um problema.

Fato, no entanto, digno de referência é que tanto Barroso quanto Mário de Andrade se envolveram, ainda na década de 20, com a defesa e a proteção da cidade de Ouro Preto (MG), elevada à categoria de monumento nacional em 1933.

Barroso, avalizado pelo governo de Minas Gerais, move verdadeira campanha para a defesa das “relíquias tradicionais dispersas pelo país”. O apoio à sua campanha resulta na criação em 1934 da Inspetoria de Monumentos Nacionais, vinculada estruturalmente ao MHN, e que será um dos antecedentes do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1936.

Qual o estado da arte no campo da museologia e das ciências sociais no Brasil, nesse primeiro momento decisivo da trajetória no MHN?

Na década de 20 a museologia engatinhava. As áreas de exposição, conservação e educação em museus não tinham ainda adquirido um lastro significativo de experiências. Os textos sobre a teoria e a prática museológica, publicados e circulando no Brasil, eram extremamente rarefeitos. Para citar um exemplo: o primeiro setor de educação em museus no Brasil é o do Museu Nacional (MN) da Quinta da Boa Vista e data de 1926. As técnicas museológicas e museográficas estavam sendo reinventadas, não havia um conhecimento organizado e sistematizado que se pudesse criticar ou tomar como ponto de partida. O modelo museológico em vigor datava do século XIX. O museu era concebido como espaço consagrado ao saber iluminado dos homens de letras e ciências. Este era também o modelo de Barroso, que, percebendo a necessidade de formar especialistas para o trabalho do MHN, criou em 1932 o Curso de Museus.

Em termos de concepção histórica o MHN estava ligado à corrente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e à historiografia tradicional representada por autores como: Varnhagen, Oliveira Lima e Tobias Monteiro.

A produção intelectual de Caio Prado Jr. - **Evolução política do Brasil** (1933); de Gilberto Freyre - **Casa grande & senzala** (1933); de Sérgio Buarque de Holanda - **Raízes do Brasil** (1936) e de Roberto Simonsen - **História econômica do Brasil** (1937) não vai encontrar espaço nas exposições e nas publicações do Museu. Na verdade o MHN estava vinculado à "historiografia da dita oligarquia, empenhada na valorização dos feitos dos heróis da raça branca". (Mota [1990:28])

3.2 - Cristalizando idéias: A Casa do Brasil¹ (1940 a 1967)

Depois de ter estabelecido o MHN em bases seguras, depois de ter colhido os primeiros frutos do Curso de Museus, Barroso buscará sistematizar algumas de suas idéias no campo da museologia e da história.

O segundo momento decisivo da trajetória do MHN se inicia em 1940. O Estado Novo, instituído por Getúlio Vargas, apoiará consideravelmente as suas ações:

"No governo do Dr. Getúlio Vargas a situação muda por completo. Sua Ex^a tornou-se o grande protetor do Museu Histórico prestigiando-o e dando-lhe meio para atingir o alto ponto de desenvolvimento em que se encontra. Além dessa contribuição como administrador, S. Ex^a contribui pessoalmente para o enriquecimento das coleções com seguidas e preciosas dádivas. Pode, sem favor, ser considerado um benemérito do Museu Histórico, que deve ao Sr. Epitácio Pessoa a sua fundação e ao Dr. Getúlio Vargas o seu grande enriquecimento." (Dumans [1947:15])

Esse período é marcado pela publicação de um grande número de textos. Em 1940 é lançado o primeiro volume dos *Anais* do MHN, periódico que será publicado até 1975. O próprio Barroso cuidará de sistematizar suas idéias sobre museus através do livro **Introdução à técnica de museus**, volume I e II (1945) e Adolfo Dumans publicará a **Idéia da criação do Museu Histórico Nacional** (1947).

O fato é que neste período se observa uma tentativa de estabilização das conquistas museológicas, mas esta busca de estabilização leva o MHN a se cristalizar em torno das idéias do período anterior.

Apesar da incorporação de novos acervos, incluindo peças adquiridas em Portugal; apesar do aumento de influência no âmbito da cultura, o Museu já apresenta dificuldades para acompanhar os problemas museológicos e museográficos do seu tempo.

Após a Segunda Guerra Mundial a teoria e a prática museológica sofrem mudanças. No âmbito da UNESCO é criado em 1946 o Conselho Internacional de Museus (ICOM) e a sua representação no Brasil ficará a cargo de Oswaldo Teixeira (Museu Nacional de Belas Artes - MNBA), Rodrigo Melo Franco de Andrade (SPHAN) e Heloísa Alberto Torres (MN). Em 1949 será criado o primeiro Museu de Arte Moderna do Brasil em São Paulo, logo depois irão surgir os do Rio de Janeiro (RJ), Resende (RJ) e Cataguases (MG).

Há neste período uma produção bibliográfica no campo da museologia gerada fora do âmbito do MHN. Alguns exemplos: Edgard Sussekind de Mendonça - **A extensão cultural dos museus** (1946); F. Dos Santos Trigueiros - **O museu, órgão de documentação** (1946) e **Museu e educação** (1958); Guy de Holanda - **Recursos educativos dos museus brasileiros** (1958); Regina M. Real - **O museu ideal** (1958); Solon Leontsinis - **Da utilização dos mostruários de empréstimo no ensino de ciências naturais** (1959).

Claramente, após a década de 50 o MHN deixa de ser o eixo de questões museológicas e se cristaliza em idéias antigas.

A morte de Barroso em dezembro de 1959 não implica ruptura na trajetória da Instituição. Josué Montello, seu novo diretor, indicado ainda em 1959, dirigirá o Museu (1960 - 1967) sem modificações substanciais.

O grande acontecimento será a transformação do Palácio do Catete em Museu após a transferência da capital para Brasília. Pelo decreto nº 47883, de 8 de março de 1960 o presidente Juscelino Kubistschek cria o Museu da República (MR) incluindo-o na estrutura organizacional do MHN.

Após as obras de restauração do prédio, boa parte do acervo do período republicano é transferida para o novo Museu. Outras coleções são incorporadas por compra ou doação (coleções Eptácio Pessoa e Nilo Peçanha, por exemplo). As propostas museológica e museográfica porém não são inovadoras. Uma firma "G. F. Gunther executa o equipamento técnico do museu segundo instruções da Diretoria" (relatório de 1960) e uma comissão de museólogos da equipe do MHN faz a "arrumação" do novo Museu que será reorganizado menos de um ano depois de sua abertura, em 15 de novembro de 1960:

"Devido ao prazo exíguo para a inauguração do Museu, não foi possível apresentar uma exposição dentro da estrita cronologia, razão porque no mês de agosto a chefe do Museu (da República), auxiliada pela Conservadora Gilda Marina Lopes, deu início à reorganização das mostras dentro da cronologia histórica, trazendo benefício sobretudo para as visitas escolares." (Relatório de 1960)

Na prática, a preocupação aqui revelada não envolve a conceituação, a reflexão e exposição da história da República, e sim a apresentação cronológica das coleções presidenciais.

O sucesso do Museu da República (enquanto Divisão do MHN) é imediato. Em apenas 20 dias após a sua inauguração recebeu 15.649 visitantes em contraste com os 29.137 da visitação anual do MHN. A imprensa cobre a inauguração que contou, inclusive, com a presença do Presidente da República.

O MHN (matriz museal) é, nessa altura, um contraponto sombrio. Dois terços de suas salas estão fechadas por falta de guardas e necessitam de obras.

O descompasso entre os dois Museus, submetidos a uma mesma administração e orientação museológica, prolonga-se por toda a década de 60 e mais, como se pode perceber através de uma comparação simples dos índices anuais de visitação².

	1961	1962	1963	1964	1965	1966
MR	156.751	141.580	144.565	106.310	102.305	125.200
MHN	23.260	19.584	27.668	33.850	25.882	38.000

A abertura do Museu da República força uma reacomodação da área de exposição do MHN:

“Salas da República - em virtude da transferência do acervo republicano para o antigo Palácio do Catete e do retorno de alguns objetos da coleção, foi feita uma revisão nas vitrines destas salas, verificação e conferência do fichário das mesmas, desinfecção dos objetos, uma vez que as mesmas se transformaram em depósitos. Posteriormente foi feita uma arrumação maior, sendo transportados todos os objetos das vitrines e os quadros da Sala Deodoro para a Sala da República, afim de que lá pudessem ser acomodados os quadros que nos foram enviados do Palácio do Catete.

Estes, embora não obedecendo a cronologia nem escola, serão pendurados à parede, etiquetados e conservados limpos.” (Relatório de 1961)

O MHN vivia um acelerado processo de cristalização. Apesar de terem sido feitas diversas obras emergenciais, não foi possível evitar a situação de crise:

“O ano de 1966 foi particularmente desastroso para o Museu no que se refere ao prédio e às coleções, grandemente afetadas pelas chuvas de janeiro. O telhado colonial, por não ter recebido restauração que vem

necessitando há tantos anos, não suportou a violência das chuvas e as infiltrações causaram grandes danos, desabando grande parte do reboco do teto da Sala Deodoro no 3º andar. Vidros e vitrines foram quebradas. O volume da água foi tal que, penetrando pelo piso, atravessou a Sala Pedro I no 2º andar e passou para a Sala dos Vice-Reis no andar térreo.” (Relatório de 1966)

Tal como ocorreu no Museu da República, também o MHN foi vítima de roubos. No dia 21 de junho de 1966, aproximadamente às 21 horas, o quadro de alarme instalado na portaria acusou um começo de incêndio no gabinete da Chefe da Seção de História, no 3º pavimento. Uma vistoria da instalação elétrica de todo Museu registrou situação crítica.

Em 1967 o Museu dava provas de esgotamento, perda de vitalidade e não acompanhamento das questões museológicas contemporâneas.

No campo das ciências sociais, durante o período aqui tratado, a autores como Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda irão juntar-se: Alice Canabrava, Odilon Nogueira de Mattos, Celso Furtado e Raymundo Faoro.

A partir dos anos 60 haverá uma renovação nos estudos brasileiros com a produção da escola de Florestan Fernandes, notadamente com os trabalhos de seus discípulos Octávio Ianni - **Metamorfose dos escravos** (1962) e Fernando Henrique Cardoso - **Capitalismo e escravidão** (1962).

Destacam-se ainda na historiografia do período as obras de: José Honório Rodrigues - **Aspirações nacionais, interpretação histórico-política** (1963) e **Conciliação e reforma** (1965); Emília Viotti da Costa - **Da senzala à colônia** (1966) e Maria Sylvia de Carvalho Franco - **Homens livres na ordem escravocrata** (1964).

Ainda que “a temática central dessas produções” esteja “ligada ao estudo das mudanças sociais e políticas no Brasil, em perspectiva histórica” (Mota[1990:41]), não há nenhuma repercussão desses trabalhos no âmbito do MHN.

3.3 - Esgotamento do Modelo - Buscando mudar de alma (1967 - 1984)

Em meados de 67 assume a direção do MHN Léo Fonseca e Silva, capitão de fragata e museólogo formado em 1962. Indicado pelo professor de História do Brasil do Curso de Museus, General Umberto Peregrino, Fonseca e Silva correspondia ao perfil desejado para a direção da Casa num momento em que a ideologia do Estado Autoritário buscava reforçar os feitos heróicos, o papel do exército e a educação moral e cívica.

O Museu precisava de uma intervenção imediata. A situação descrita nos relatórios de 1966 e 1967 era grave.

O novo diretor tem pressa. Ele quer restabelecer o prestígio da Instituição. Ele recebe o cargo como uma “missão” e ao deixá-lo afirma:

“(…) temos consciência de que cumprimos nossa missão até onde nos foi possível avançar. Temos certeza de que a base de partida para futuros empreendimentos no Museu Histórico Nacional e no campo museológico em geral ficou muito mais fácil a frente do que encontramos.” (Relatório de 1970)

A nova direção caminha em vários sentidos: a) reorganização administrativa - buscando maior flexibilidade e autonomia; b) reorganização técnica - incluindo planejamento, tombamento e catalogação do acervo com vistas à futura informatização; c) nova montagem do circuito de exposição de longa duração - doze galerias são abertas e tratam da história do Brasil de forma cronológica (da descoberta ao ocaso da monarquia); d) programação anual - numerosas exposições temporárias e extra-muros (43 em 3 anos); e) criação do Serviço de Relações Públicas e da Sociedade de Desenvolvimento do Museu Histórico Nacional (precursora da atual Associação de Amigos do MHN); f) apoio à criação de outros museus (Museu do Folclore, Museu do Automóvel, Museu Rodoviário etc.); g) projeto para a criação da Fundação Museu Histórico Nacional; h) desenvolvimento de esforço concentrado para conquistar espaços físicos ocupados por outras repartições públicas em ambos os Museus (Histórico e da República); i) reformulação do Curso de Museus - há um empenho em vinculá-lo à universidade ampliando o seu currículo com novas disciplinas e oferecendo novas especializações.

No entanto, a análise da produção veiculada pelos Anais, o conceito das exposições e o teor da programação indicam claramente a idéia de continuidade com o passado.

A imagem de um capacete da Imperial Guarda de Honra utilizada no convite da reabertura das exposições (11 de outubro de 1969) e as réplicas dos uniformes antigos utilizados por parte da segurança no dia da reinauguração são signos claros de um militarismo e da tentativa de recuperar a tradição.

A ruptura sugerida na proposta modernizadora: “O Museu que trocou de alma” (revista *Visão*, 7/11/69) não alcança o nível das estruturas conceituais e não é capaz de provocar mudanças de mentalidades. A direção do Museu se isola num discurso modernizante, ainda que com forte acento conservador, e encontra resistência nos setores técnicos do Museu.

Resistência e oposição não ao acento conservador, mas ao discurso modernizante.

“Infelizmente, anos e anos de desapontamento e de carência crônica de recursos estiolaram o espírito de iniciativa e o trabalho de equipe. Trabalhando quase sozinhos, no silêncio de seus gabinetes, muitos conservadores perderam o contato com o público e não estavam psicologicamente preparados para uma mudança de mentalidade, qual seja, a de que um museu existe para o grande público e só tem razão de ser na medida que cumpre sua missão educativa.” (Relatório de 1970)

O esforço e o afã de busca de uma “nova alma” para o Museu esbarravam na excessiva centralização, na burocratização e na reduzida dotação orçamentária. As reivindicações de Léo Fonseca e Silva contavam a princípio com o apoio do Secretário Geral do MEC, Edson Franco:

“Louvo, reiteradamente, seu relatório, sobretudo a impetuosidade de que se reveste e a maneira como distingue e conceitua. Dia haverá em que ação de administradores da estirpe de V.S.^a a administração pública os receberá como titulares de um vanguardismo que tanto acalenta o governo do Marechal Artur da Costa e Silva.” (Ofício 858/67)

Três anos depois o Comandante Léo é levado à demissão, após um processo de desgaste profissional e sem contar com apoio interno ou externo.

Em 1971 assume a Direção do Museu Gerardo B. Raposo da Câmara. A crise da Instituição se aprofunda.

A equipe está desarticulada e pouco coesa. O estado de conservação dos bens culturais vai gradualmente piorando. A documentação museográfica do acervo é setorial, utiliza fichas múltiplas, com múltiplas cores e números e inviabiliza a recuperação de informações.

As modificações do Museu ficam por conta: a) das intermináveis obras de reforma das fachadas do antigo Arsenal de Guerra e da Casa do Trem; b) das exposições itinerantes com temas genéricos (ex.: Memória da Independência e D. Pedro II e sua época) que circulam por muitas cidades do país com o apoio do MEC, de universidades, de prefeituras, de outros museus e do exército; c) do programa de cursos de extensão e estágios para estudantes de graduação; e d) do Curso de Especialização em Ação Educativa e Cultural em Museus, criado no início dos anos 80, a partir de um convênio entre o Museu e a UNIRIO.

O programa de cursos foi enfatizado após a transferência do Curso de Museus para a UNIRIO em 1979, o que aliviou e deixou de gerar incômodos para o MHN. É importante não esquecer que no final dos anos

60 o movimento estudantil também inscreveu suas marcas de luta na história do MHN.

No entanto, nem os cursos de extensão nem as exposições itinerantes são capazes de provocar uma reflexão sobre o papel social do Museu, de gerar revisões conceituais profundas, de gerar exposições de longa duração ou de estabelecer linhas de pesquisa e de ação articuladas com as discussões em curso na sociedade brasileira.

O Museu responde aos interesses do Estado ditatorial articulando um discurso discreto e conservador, assumindo ares de Instituição neutra e apolítica. No entanto, o seu papel de órgão executivo da Política Nacional de Cultura (1975:25) definida pelo Estado através do Ministério da Educação e Cultura era muito evidente.

Por intermédio de seu Diretor o MHN participa do Encontro Nacional de Dirigentes de Museus, promovido pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais em Pernambuco (1975) e do Encontro Nacional de Cultura, realizado em Salvador, Bahia (1976). Neste último, Gerardo Câmara manifesta-se a favor da implantação de um Sistema Museológico Brasileiro, idéia recorrente em vários encontros dessa natureza. Josué Montello, por seu turno, relata a proposta de criação de um Sistema Nacional de Museus Históricos, com sede no MHN.

O museu está visivelmente sintonizado com a Política Cultural defendida pelo Estado.

“Queremos (...) pautar-nos por diretrizes que possam salvaguardar o nosso acervo cultural próprio e caracteristicamente brasileiro, sem, contudo, descuidar da aproximação com a cultura de outros povos e nações, consoante a própria vocação universalista do nosso povo (...).

Procurando ser fiel às raízes de nossa personalidade nacional e ambicionando contribuir para o engrandecimento do homem brasileiro, a Política Nacional de Cultura quer concorrer para o humanismo brasileiro, dentro da definição maior do que é o próprio humanismo: a concentração do mundo no homem e a expansão do homem no mundo.” [Braga (1975:5-6)]

Ao lado do “espírito humanista”, do incentivo à produção e à criatividade colocava-se um quadro de radicalização política e cultural pintado com as cores fortes da censura e da castração das liberdades. Os textos sobre Política Nacional de Cultura estavam mais ao nível do papel do que da prática, mais ao nível do discurso do que da ação.

O MHN, mesmo com uma atuação tímida e discreta, busca firmar uma imagem positiva em âmbito nacional. O seu Programa de Ação Cultural nos anos de 1974, 1975 e 1976 recebe dotações orçamentárias supe-

riores às despesas que realiza (Mapas do Relatório Trienal - 5/11/1976). Nada disso impede, no entanto, algumas críticas e questionamentos.

Fora a participação oficial nos encontros sobre política cultural, o MHN estará em dissonância com os esforços realizados para a renovação dos museus e da museologia.

Na aurora dos anos 70 inicia-se ampla discussão em torno dos ecomuseus, museus de comunidade e museus integrados (ou integrais). A Mesa Redonda de Santiago do Chile (maio de 1972) inaugura uma nova fase para a museologia, sugere práticas inovadoras e afirma a função social do museu.

Na segunda metade dos anos 70 e início dos anos 80 despontam no panorama museológico brasileiro autores como: Fernanda de Camargo e Almeida-Moro, Lourdes M. Martins do Rego Novaes, Waldisa Russio e Maria Célia Teixeira M. Santos com produção sistemática, ainda que muitas vezes dispersa em periódicos e coletâneas.

A museologia brasileira em termos teóricos e práticos passava por uma fase de renovação. Critérios mais adequados de preservação, conservação e segurança de acervos estavam sendo discutidos e divulgados. Paulo Freire que tanto inspirou Hugues de Varine (formulador do conceito de ecomuseu ao lado de George Henri Rivière) passou gradualmente a ser utilizado como referência para ações educativas em museus.

Em 1984, em Quebec (Canadá) é lançado o Movimento Internacional da Nova Museologia (MINOM). Neste mesmo ano W. Russio publica texto fundamental sobre cultura, patrimônio e preservação (1984:59-78) onde defende uma nova conceituação de museologia e museu.

No entanto, o MHN distanciava-se cada vez mais da produção de estudos históricos, museológicos e pedagógicos. O curso de pós-graduação ao nível de especialização em Ação educativa e cultural em museus não chegou a gerar benefícios efetivos para o MHN.

Desde a criação da Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), em 1979, por Aloísio Magalhães o descompasso entre o MHN e o MR vinha se acentuando. Na virada da década de 70 respirava-se já um clima de abertura política que ao nível do patrimônio se traduzia pela idéia de revitalização. O artigo 1º da Lei nº 6757 de 17/12/79 que cria a Pró-Memória estabelece como um dos seus objetivos “a restauração e revitalização dos bens de valor cultural e natural existentes no país”.

Nessa esteira é criado em 1984 o Programa Nacional de Museus, vinculado à FNPM que irá capitanear a separação administrativa entre o MR e o MHN e a revitalização de ambos.

3.4- Revitalização: Repensando e Enfrentando Novos desafios (1985-1995)

O quarto momento decisivo na trajetória do MHN inicia-se em 1985 e compreende as seguintes gestões:

Direção do Museu	Período
1º - Solange Godoy	1985 a 1989
2º - Heloísa Duncan	1989 a 1990
3º - Ecylla C. Brandão	1990 a 1994
4º - Vera L. B. Tostes	1994 até os dias atuais

Apesar de não ter sido eleito pelo voto direto como reivindicava o povo nas ruas em 1984, o governo do Presidente José Sarney assumiu a condução do país num clima de renovação, abertura e redemocratização. É dentro desse espírito que é criado em 1985 o Ministério da Cultura (MinC), cujas bases vinham gradualmente sendo firmadas por Aloísio Magalhães, falecido em 1982.

A criação do MinC resultou do somatório de diversos órgãos culturais preexistentes na esfera federal, tais como: Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAM), Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), Conselho Federal de Cultura (CFC) e outros.

Não houve a rigor uma estruturação orgânica do novo Ministério. Em consequência não se buscou evitar a duplicidade de funções, ou equilibrar o gigantismo de algumas unidades com o raquitismo de outras, ou mesmo harmonizar a presença local (ou regional) de umas com a presença nacional de outras.

O MHN vinculado à Fundação Nacional Pró-Memória desde 1979, da mesma forma que diversos outros órgãos, beneficiou-se de - qualquer modo - com os ventos de renovação soprados na direção das instituições culturais. Em janeiro de 1985 assumiu interinamente a Direção do MHN a museóloga Solange Godoy:

“Durante os primeiros oito meses exerci as funções de forma interina. O Diretor Geral Gerardo Britto Raposo da Câmara estava licenciado e o Professor Rui Mourão ocupou esse cargo acumulando com outras funções de Coordenação dentro da Fundação Nacional Pró-Memória (Gerência do Programa Nacional de Museus).” (Relatório de Gestão - 1985/1989)

O primeiro ano de existência do MinC foi marcado por dúvidas, crises, instabilidade e indefinição de propósitos.

Em agosto de 1985, após a primeira mudança de ministro no MinC - o que viria a se tornar rotina (10 ministros em 10 anos)³ - manifestou-se a primeira crise desse período.

Depois de ter sido nomeada efetivamente para a Direção Geral do Museu articulou-se no Planalto a demissão de Godoy com a indicação para o cargo do homem de letras, Dr. Leandro Tocantins.

A mobilização da equipe do Museu e a sua articulação com outras equipes culturais impediu a mudança de rumos.

A turbulência do primeiro ano de gestão não impediu, no entanto, que se traçasse um diagnóstico da situação do MHN e um plano de metas para os próximos anos.

“Urgia também ser elaborado, dado o momento de transição política, um projeto global que contemplasse obras, ocupação da casa e tratamento técnico do acervo.” (Relatório de Gestão - 1985/1989)

Os primeiros resultados da nova administração não tardam. Em setembro de 1985 foi inaugurada com apoio de M. Chandon e Sul América Seguros a exposição temporária Re-Tratos:

“Nesse momento de mudanças, o Museu Histórico Nacional apresenta o trabalho de Clécio Penedo, Re-Tratos que traz uma questão nova sobre a representação de personagens oficiais de nossa História. O artista não procura vê-los como mitos construídos com o tempo, mas se pergunta sobre a condição humana de cada um deles.”

(Porto e Albuquerque [1985:1])

Em novembro, com o apoio da Xerox do Brasil S.A., foi a vez da exposição "A carreira das Índias e o gosto do Oriente", apresentando a coleção de arte do Extremo-Oriente preservada no MHN. No ano seguinte, a Diretoria do MHN publicava com o apoio da Ipiranga o relatório de um ano de revitalização e divulgava o Plano de Diretrizes e Metas Trienais para o período de 1986 a 1988. Neste plano foram privilegiadas cinco diretrizes:

- 1 - Democratização da Informação
- 2 - Formação de Público para o MHN
- 3 - Dinamização do Espaço Cultural do Museu
- 4 - Instrumentalização Científico-Tecnológica
- 5 - Desenvolvimento da Instituição Museu

“Para a concepção de diretrizes e metas estratégicas, buscou-se fundamentação nas áreas de ação propostas pelo Ministério de Cultura, no parecer GEOR/nº 10/86 de 20/03/86, e nos princípios básicos de

museologia ativa, apresentados em Quebec, em 12/10/84" (Plano Trienal 1986/1987/1988)

Na conclusão do relatório se afirmava a mudança de orientação política do Museu:

"No contexto de redemocratização em que hoje vive o Brasil, o desenvolvimento cultural da sociedade não se separa do seu processo de desenvolvimento econômico e social. O Museu Histórico Nacional não pode deixar de participar deste projeto de reconstrução nacional (...)."

(Relatório de 1985)

A segunda metade dos anos 80 traz para o MHN efetivamente uma nova vida. São anos agitados e polêmicos. Anos de muita experimentação, de ruptura e quebra de paradigmas estabelecidos e ao mesmo tempo de esforço para a recuperação, ainda que em outro patamar e com outra orientação política e ideológica, do "passado de excelência e de pioneirismo" do Museu.

De modo acelerado, o MHN resgata o seu papel de produtor de conhecimento, o diálogo com o público e com o meio universitário. Alguns exemplos: Helena Ferrez e Maria Helena S. Bianchini, técnicos do MHN, publicam o **Thesaurus para acervos museológicos** (1987), obra clássica e de referência para museus e escolas de museologia; Regina Abreu, antropóloga do MHN elabora o roteiro para o vídeo "Histórias do cotidiano" (1988); é inaugurada a exposição de longa duração "Colonização e dependência" (1987); é implantado o Setor de Informática no Museu (1987).

O Seminário dos Museus Nacionais (1988) promovido pela FNPM submeteu o MHN à avaliação crítica de intelectuais como Berta Ribeiro, Ulpiano B. Menezes, Margarida Souza Neves e Ana Arruda Callado; Vera Alencar, técnica do MHN defende no Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro a tese de mestrado *Museu-Educação: se faz caminho ao andar* (1987); Mirian Sepúlveda dos Santos defende no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro a tese de mestrado *História, Tempo e Memória: um estudo sobre museus, a partir de observação feita no Museu Imperial e no Museu Histórico Nacional* (1989).

As obras devolvem ao público o Pátio da Minerva e o seu entorno, a Biblioteca, o Arquivo Histórico e diversas salas de exposição. A Casa do Trem recebe substancial ajuda do governo alemão através do Consulado Geral da Alemanha Ocidental - Rio e grande parte da obra de infraestrutura é realizada.

A década de 80 termina com a segunda grande crise desse período. Um problema técnico de aceitação ou não de uma coleção de títeres é transformada num problema político e resulta na demissão da Diretora do MHN. Este é um caso típico do poder que busca perpetuar-se e não encontra acolhida do seio de Mnemósine. Sem poder gerar as Musas, o poder se desorganiza, mas também causa estrago.

A continuidade do processo é garantida através da nomeação da museóloga Heloísa Duncan - Diretora Adjunta na gestão de Godoy - para a Direção Geral do Museu.

Eleições diretas. Fernando Collor, candidato à presidência pelo PRN (Partido de Renovação Nacional), é eleito. A área da cultura é sucateada: órgãos são extintos, outros são fundidos, funcionários são demitidos e a Lei de Incentivo à Cultura é revogada. O MHN resiste como pode a este período de inventário e extinção da Pró-Memória.

Ainda em 1990 é nomeada para a Direção do Museu a museóloga Ecylla C. Brandão que convida Godoy para a coordenação da área técnico-científica. A exemplar trajetória profissional de Brandão associada à sua experiência museológica favorecem a superação de obstáculos internos e externos. A equipe técnica é gradualmente reconstruída. O Plano de Diretrizes e Metas traçado para o triênio de 1986/1988 é retomado, já agora em novas bases. O MHN está em movimento.

São realizadas diversas exposições de curta duração intra e extra-muros. O Museu vai ao shopping, às escolas e às universidades. O teatro, a música e a dança vão ao Museu.

Abre-se um novo momento de alianças e parcerias com as áreas pública e privada. São firmados convênios, termos de cooperação, protocolos e cartas de intenção com diversas entidades: Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia de Lisboa (ULHT), Universidade Gama Filho (UGF), Petrobrás S.A., Fundação VITAE, Serviço Social do Comércio (SESC), Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro (SMDS/RJ), Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SNE/RJ) e outros.

Técnicos do MHN passam a ministrar e participar com sistemática de cursos e seminários, encontros e congressos realizados no Brasil e no exterior. As áreas de conservação e restauração de bens culturais são inteiramente reformuladas. O governo do Canadá patrocina a reforma do Auditório, do Pátio dos Canhões e do sistema de iluminação de duas grandes galerias de exposição. Obras de grande porte são restauradas:

Combate Naval do Riachuelo e Passagem do Humaitá, de Vítor Meireles, além de um conjunto de carruagens.

Em 1994 a museóloga Vera Lúcia B. Tostes assume a Direção do Museu apoiada por Brandão⁴ e Godoy e dá continuidade ao plano de revitalização.

A Reserva Técnica é ampliada, o prédio repintado e os jardins recebem proteção externa. É interessante observar que no período de 1992 a 1994 quatro áreas de exposição de longa duração foram devolvidas ao público:

Memória do Estado Imperial I (1992)

Memória do Estado Imperial II (1993)

No Tempo das Carruagens (1994)

Expansão, Ordem e Defesa (1994)

Este último módulo contou com a consultoria dos historiadores Ilmar R. Mattos, na ocasião chefe do Departamento de História da PUC/RJ, Luís Affonso Seigneur de Albuquerque e Marcia de Almeida Gonçalves.

A criação do Conselho de História em 1995 celebra a aliança efetiva do MHN com os centros produtores de conhecimento no campo da história e da educação.

A análise do último decênio indica claramente que o MHN continua sendo um espaço onde estão em jogo a memória e o poder, ainda que as regras do jogo e os jogadores não sejam mais os mesmos.

Durante o quarto momento decisivo aqui analisado o MHN rompeu com as estruturas museológicas estabelecidas, articulou novos discursos, provocou debates e inseriu-se nas questões museológicas e historiográficas do período.

O módulo Expansão, Ordem e Defesa utiliza objetos coletados por Barroso, articulando-os com novas aquisições (a coleção de peças indígenas e de mineração, por exemplo) e constrói uma outra narrativa. Não se trata mais do “culto da saudade” e sim de uma interpretação possível da história que busca não operar com subtrações e exclusões, mas, ao contrário, compreender e trazer para o foco de análise os índios bravios, os índios missioneiros, os negros aquilombados, os inconfidentes, os subversivos, os sem-terra, os cangaceiros, os revoltosos de Canudos e do Contestado, os cabanos e os farrapos, colocando-os em diálogo com os senhores da terra, com os coronéis que implantam e defendem a Ordem, com os Senhores da Fé! Provocando este diálogo, o MHN pretende contribuir para uma melhor compreensão da formação da sociedade brasileira.

No entanto, a museologia Barroseana parece ser resistente. O “culto da saudade” sobrevive, por exemplo, na exposição “No tempo das carruagens”. O título é nostálgico, a exposição é cronológica e contemplativa. Ela lida com o imaginário popular habitado por príncipes, princesas, belas encantadas, jerimuns que se transformam em carruagens, ratos que se transformam em cavalos. A contradição está posta.

É possível a convivência de duas tendências tão distintas, museológica e historiograficamente falando, num mesmo Museu?

CONCLUSÃO

Maria Célia T. M. SANTOS em sua tese de doutoramento - *Processo Museológico e Educação: construindo um museu didático-universitário no Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior em Itapua* - sustenta que: “O discurso da modernidade é uma falácia para a maioria dos museus brasileiros que, nos moldes do antigo Museu Histórico Nacional, de Gustavo Barroso, preserva o acervo de uma elite, apresenta um nacional sem conflito, cumpre seu papel como suporte necessário à preservação de uma identidade nacional desempenhando, assim, a função anestésica de preservação do patrimônio, da qual nos fala tão bem Ulpiano Bezerra de Menezes. (1984)”

Esse é com precisão o desafio ainda hoje enfrentado pelo MHN. No entanto, o fato inegável dele ter surgido a partir dos sonhos e práticas de Barroso, ideólogo do patrimônio e do integralismo no Brasil, não constitui, ao nosso ver, um pecado de origem, impeditivo de qualquer possibilidade de transformação.

Se por um lado é importante não mascarar as contradições da Instituição, presentes ainda na atualidade, por outro é igualmente importante compreendê-la em movimento, participando de um complexo jogo de permanências e mudanças.

O museu é processo.

Da mesma forma como o nacional, o museu e o histórico não são dados prontos e acabados. A perspectiva Barroseana talvez recusasse essa afirmação. A ideologia nacionalista, como indica Chauí, não aceita que a nação “se faz e se desfaz” (1989:1/4), que ela está em processo.

O MHN é um exemplo excelente para a análise das relações entre o Estado e áreas de significação cultural, entre as linhas de força do poder e as representações da memória.

No entanto, é preciso levar em conta que o discurso construído nos museus resulta da experiência e dos enfrentamentos concretos de indivíduos e grupos que vivem em sociedade, contaminados pelo tempo histórico e que,

de uma forma ou de outra, inscrevem nessas instituições de memória as suas concepções de mundo. E é por aí que passa a linha tênue que distingue os processos museológicos comprometidos com a vida ou com a morte, com a história ou com o culto da saudade.

Com o presente texto pretendemos compreender a conformação da trajetória de uma Instituição que tendo nascido como um documento/monumento nacional, continua (por meio dos profissionais e da sociedade civil que nela interfere) em movimento e interessada em problematizar (e não apenas apresentar) o histórico e o nacional.

O cardápio de desafios colocados para o MHN nesse final de década e de século é farto:

- 1) a sua imagem junto àqueles que não o conhecem por dentro é a de um espaço solene, fechado e em obras
- 2) o acesso à mídia é deficiente
- 3) um estudo criterioso sobre o público ainda não foi feito
- 4) os serviços de infra-estrutura oferecidos ao público ainda são deficientes
- 5) as publicações são assistemáticas
- 6) o programa de cursos e seminários necessita de maior regularidade
- 7) a sua localização é problemática, (área externa degradada)

No entanto, para além desses desafios que estão sendo enfrentados pela equipe atual e em alguns casos com resultados promissores, dois outros problemas de fundo se colocam, e a resposta a eles determinará, com segurança, o próximo decênio da Instituição:

1) Como o MHN se posicionará em relação à sociedade e ao Estado? Ele assumirá ou não como diretriz os enfoques desenvolvidos pela denominada nova museologia ou museologia social que considera o território, a comunidade e o patrimônio como elementos muito mais expressivos do que o edifício, o público e a coleção, ou ele se quedará para a museologia da tradição?

2) Como o MHN tratará o nacional nesse final do século XX? Como sugere Hobsbawn: "*Nação e nacionalismo* não são mais termos adequados para descrever as entidades políticas descritas como tais, e muito menos para analisar sentimentos que foram descritos, uma vez, por essas palavras" (1990:2/5)

As linhas das mãos que podem descrever o futuro do Museu Histórico Nacional não estão fixadas, elas estão rodando numa dança muda. Quem irá fixar o volátil? Não é preciso dizer que a quadratura do círculo é o enigma do Brasil.

Notas:

1. A designação Casa do Brasil vinha sendo reivindicada por Barroso desde 1935 (Relatório). No período de julho a dezembro de 1940 o MHN representou o Brasil na exposição internacional realizada em Lisboa, comemorando os centenários de Portugal.
2. Esse quadro estimula a formulação de muitas questões: Que razões levam dois museus submetidos à uma mesma orientação museológica e administrativa a apresentarem índices de visitação tão diferentes? O quarto onde suicidou-se Getúlio Vargas seria um grande estimulador de visitação? O elemento determinante da visitação seria a localização dos museus e a presença ou ausência de área verde? O fato do MR estar localizado num antigo Palácio Presidencial (sede do Poder Executivo) é determinante?
3. A Fundação Nacional Pró-Memória que em 1990 foi fundida à Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dando origem ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) que em 1994 voltou a ser Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - no período de 1985 a 1995 teve doze presidentes. A duração média de cada presidente no cargo é inferior a nove meses.
4. A saída de BRANDÃO teve um motivo: aposentadoria

Referências:

- ALENCAR, V. Museu - Educação: se faz caminho ao andar. Em: *Cadernos museológicos nº 1*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. p. 55-64.1989.
- ALMEIDA-MORO, F. C. e NOVAES, L. M. **Introdução ao ensino dirigido de Museologia**. Exercícios I. AMICON - Associação de Membros do ICOM/ Comitê Brasileiro do International Council of Museums /MUSEION - Centro de Estudos Museológicos e de Ciências do Homem. 141 p. 1977.
- ANAIS da Associação de Membros do ICOM/BR ano I. Teresina, 123 p. 1975.
- BARROSO, G. **Introdução à técnica de museus**, Volume 1. Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Saúde. 342 p. 1945.
- BORNHEIM, G. A. O conceito de tradição. Em: **Tradição/Contradição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/FUNARTE. 152 p. 1987.
- BRAGA, N. Apresentação. Em: **Política nacional de cultura**. Brasília, Ministério de Educação e Cultura. p. 5-6. 1975.
- CHAGAS, M. **A ótica museológica de Mário de Andrade**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. p. 99-113. 1991.
- CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 199 p. 1989.
- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Editora Atlas S. A. 255 p. 1981.
- DUMANS, A. **A idéia de criação do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica. 103 p. 1947.

- FERREZ, H. e BIANCHINI, M. H. S. **Thesaurus para acervos museológicos**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória. Coordenadoria de Acervos Museológicos. 2 v. 1987.
- GRANMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 244 p. 1989.
- HOBBSAWN, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 230 p. 1990.
- HOBBSAWN, E. e RANGER, T. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 316 p. 1984.
- HOLANDA, G. **Recursos Educativos dos Museus Brasileiros**. Rio de Janeiro: Organização Nacional do ICOM/Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. 271 p. 1958.
- KOSSOY, B. A Fotografia como fonte histórica: Introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado. Em: *Coleção Museus & Técnicos nº 4*. São Paulo: Museu de Indústria, Comércio e Tecnologia de São Paulo - SICCT. 1980.
- LE GOFF, J. Memória. Em: **Enciclopédia Einaudi: Memória-História nº1**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. p. 11-50. 1984.
- MENDONÇA, E. S. **A extensão cultural nos museus**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1946.
- MENESES, U. B. de. Identidade Cultural e Arqueologia. Em: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 20*. 1984.
- MENSCH, P. V. Museus em movimento: uma estimulante visão dinâmica sobre a inter-relação museologia-museus. Em: *Cadernos museológicos nº 1*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. p. 49-54. 1989.
- MICELI, S. (Org.) **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: DIFEL Corpo e Alma do Brasil. 240 p. 1984.
- _____, **Intelectuais e classes dirigentes no Brasil (1920 - 1945)**. São Paulo: DIFEL Corpo e Alma do Brasil. 201 p. 1979.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. **A carreira das Índias e o gosto do Oriente**. Rio de Janeiro: IPHAM/Pró-Memória/ MHN/ XEROX do Brasil S. A. 1985.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: SPHAN/Pró-Memória. 196 p. 1980.
- MOTA, C. G. (org.) **Brasil em perspectiva**. São Paulo: DIFEL Corpo e Alma do Brasil. 367 p. 1974.
- _____, **Ideologia da cultura brasileira (1933 - 1974)**. São Paulo: Editora Ática. 303 p. 1990.
- MOURÃO, R. **A nova realidade do museu**. Belo Horizonte: MinC/IPHAM/Museu da Inconfidência. 105 p. 1994.
- MOUTINHO, M. C. A construção do objecto museológico. Em: *Cadernos de Museologia nº 4*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias/Centro de Estudos de Sócio-Museologia. 175 p. 1994.

- NAMER, G. **Mémoire et Société**. Paris: Meridiens ... (Collection Sociétés). 242 p. 1987.
- NORA, P. **Mémoire et Histoire - La problématique des Lieux**. *Les Lieux de Mémoire*. Vol I. *La République*. Paris: Gallimard. p. XIX. 1984.
- OLIVEIRA, V. de. *O Museu Histórico Nacional: reflexos da política cultural em dois momentos*. Rio de Janeiro: Inédito (fotocópia). 28 p. 1993.
- POMIAN, K. Coleção. Em: **Enciclopédia Einaudi: Memória-História** nº 1. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda. p. 51-86. 1984.
- _____, Musée, Nation, Musée National le Débat: Em: *Musée Archeologique: art, nature, histoire* nº 49 (fotocópia sem referência completa)..1990.
- PORTO E ALBUQUERQUE, A. L. Apresentação In: **Clécio Penedo: desenhos da série Re-Tratos**. Rio de Janeiro: MinC / SPHAN / Pró-Memória / MHN 1985.
- PREVENÇÃO e Segurança nos Museus*. Rio de Janeiro: Direção dos Museus / Ministério da Cultura e Meio Ambiente da França / Associação de Membros do ICOM / Comitê Nacional Brasileiro / Comitê Técnico Consultivo de Segurança. 216 p. 1978.
- REAL, R. **O Museu Ideal**. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais / Centro Regional de Pesquisas Educacionais. 67 p. 1958.
- ROMANO, Arturo. Introdução. Em: **Museu Nacional de Antropologia**. Em: São Paulo: Mirador Enciclopédia dos Museus. 168 p. 1970.
- RUSSIO, W. Texto III - Cultura, patrimônio e preservação. In: ARANTES, A. A. (org.): *Produzindo o passado: estratégias de construção do Patrimônio Cultural*. São Paulo: Brasiliense. p. 59-78. 1984.
- SANTOS, M. C. T. M. *Repensando a ação cultural e educativa dos Museus*. Salvador: UFBA (Centro Editorial e Didático). 134 p. 1990.
- _____, *Processo Museológico e Educação - construindo o Museu didático-comunitário, em Itapuã* (tese de doutoramento em Educação / UFBA). Salvador: UFBA. 1995.
- SANTOS, M. S. *História, Tempo e Memória: um estudo sobre museus a partir da observação feita no Museu Imperial e no Museu Histórico Nacional* (tese de mestrado IUPERJ). Rio de Janeiro: IUPERJ. 179 p. 1989.
- SMITHSONIAN INSTITUTION - **The Smithsonian Experience - science - history - the arts... the treasures of the Nation**. Washington. p. 255. 1977.
- SUANO, M. **O que é Museu**. São Paulo: Brasiliense. 101 p. 1986.
- TRIGUEIROS, F. dos S. **O Museu como órgão de documentação**. Rio de Janeiro: Associação Atlética Banco do Brasil. 60 p. (1958)

Fontes Consultadas:

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Relatórios anuais de 1934, 1960, 1966, 1967, 1970, 1974, 1975, 1976, 1985, 1986, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995. Texto datilografado.

Relatórios de gestão 1967-70 e 1985-89. Texto datilografado.

Plano de Diretrizes e Metas Trienais, 1986-88

Proposta conceitual dos Módulos da Exposição de longa duração - 1987

"O Museu que trocou de alma" revista *Visão*, 07/11/1969. p.36-38. xerox

Ofício 858/67 - do Secretário Geral do MEC para o Diretor do MHN.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA

Relatório de avaliação de 1988 (Seminário de Museus Nacionais: Perfil e Perspectivas. Autores: Ana Arruda Callado, Berta Ribeiro, Margarida Souza Neves e Ulpiano Bezerra de Meneses).